

Quero deixar frisado mais uma vez: as CPIs são importantes. Esta Casa tem uma função importante. Caro deputado Adilson Rossi, V. Exa. foi presidente da Comissão de Segurança desta Casa e tão bem trabalhou. Sabemos que essas leis dos desmanches vão ser muito importantes para diminuir os roubos. A CPI iniciou com um objetivo e terminou tratando dos desmanches. Então, sabemos como se iniciam as CPIs e não sabemos como terminam. Terminou nessa lei do desmanche, com a qual nós todos, deputados dessa comissão, contribuímos muito.

Visitamos muitas “bocas de porco” por aí, até em Osasco e Carapicuíba. Porém, visitamos, também, desmontes muito sérios, que ajudam a recuperar peças - em um País que tem muitas dificuldades socioeconômicas -, fazendo com que não se fabriquem mais peças novas, porque há essas peças seminovas. As peças podem ser aproveitadas, como estão sendo - e não ser usadas como meio ilegal de comércio.

Parabenizo todos os deputados dessa CPI por esse trabalho que, hoje, surtiu efeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - ADILSON ROSSI - PSB - Tem a palavra o nobre deputado Celso Nascimento. (Pausa.) Em permuta com o deputado Luiz Carlos Gondim, tem a palavra o nobre deputado Vaz de Lima.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, primeiramente agradeço ao nobre deputado Luiz Carlos Gondim pela permuta concedida, que é permitida pelo Regimento. Venho a esta tribuna hoje em função do fato de o Tribunal de Contas da União ter ontem rejeitado as contas de 2014 da presidente Dilma, por aquilo que ficou conhecido entre nós por “contabilidade criativa” ou, mais recentemente, por “pedaladas fiscais”.

Ontem à noite, quando vi que isso tinha acontecido, fiquei me lembrando de uma música que foi o nosso hino em um momento em que nós, ainda tão jovens, lutávamos pela derubada do golpe de 64 para implantar a democracia no País. Lembrei-me de Geraldo Vandré e daquela sua Música “Pra não dizer que não falei das flores”. Essa ideia veio à minha cabeça porque tive a oportunidade de passar quatro anos em Brasília, sempre em comissões - ou na Comissão de Orçamento, ou na Comissão de Finanças e Tributação.

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

Em nome da bancada do PSDB, que eu representava na Comissão de Finanças e na Comissão de Fiscalização e Controle, talvez eu tenha sido uma das primeiras vozes a se levantar acerca daquilo que ficou conhecido à época como “contabilidade criativa” e que, posteriormente, a imprensa chamou de “pedaladas fiscais”. Gostaria de solicitar que fosse exibido um vídeo da minha manifestação no dia 14 de agosto de 2013, quando já apontávamos isso que culminou na rejeição das contas da presidente Dilma do ano passado. Depois voltarei para fazer outras considerações.

- É feita a exibição do vídeo.

Pois bem Srs. Deputados, essa é uma fala de 14 de agosto de 2013. Vou pedir para projetar o requerimento na íntegra.

A presidente Dilma Rousseff sofre hoje porque quis sofrer. Esta coisa não está acontecendo agora. As contas de 2012 da presidente Dilma Rousseff foram aprovadas pelo Tribunal de Contas com 22 ressalvas, por causa dessas receitas atípicas e destas manobras fiscais. A tentativa era cumprir o superávit primário. E para isso valia a pena até fazer essas manobras que geraram, agora, no Tribunal de Contas da União, a rejeição das suas contas. Foram os anos de 2012, 2013 e 2014; mas em 2014 foi uma barbaridade. O que os técnicos, os ministros, Fazenda, Planejamento, Tesouro Nacional e a própria presidente fizeram foi, na verdade, um crime com o País. Todos os dias em que tínhamos oportunidade, nós iamós à tribuna ou às comissões para dizer: “a senhora está comprometendo o futuro do País”.

Aliás, fiz questão de colocar isso no requerimento. Numa certa altura, na segunda página - está até em negrito - temos o seguinte: “pode-se até dizer que com essas manobras o Governo do PT está boicotando o futuro”. É isso que está em jogo. Utilizar Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES para fazer essa maquiagem no Orçamento. Essa maquiagem, aliás, que foi feita na eleição - posteriormente em 2014 - compromete o futuro do País.

O que eu queria dizer com isso naquela época? Que ninguém conseguiria segurar a inflação, que a indústria estava quebrando, que o PIB estava desabando. Sr. Presidente, isso foi dito todas as semanas para alertar a presidente Dilma Rousseff.

Então, a rejeição das contas foi mais do que correta. Não estou nem discutindo o que vai ser feito agora no Congresso, que aí já é um julgamento mais político. Mas do ponto de vista técnico, o Tribunal de Contas da União realizou o seu papel. O Tribunal de Contas Federal cumpriu mui fidedignamente o seu papel de apontar erros. Vinha fazendo isso como forma de ressalva da seguinte forma: “olha gente, para de fazer isso, isso vai comprometer o futuro do País, isso vai comprometer a economia”.

Quero então deixar claro a todos que nos veem e nos ouvem, e para os que estão aqui, que a presidente Dilma pode, sim, ser responsabilizada com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, e até criminalmente. O que ela fez foi um crime contra a economia que está afetando a mesa do trabalhador; que está afetando aquelas pessoas que, acreditando no que estava ocorrendo, compraram o seu veículo, fizeram sua prestação. O País não suporta mais isso, não dá mais para aguentar esses desmandos no geral, e, particularmente, no Orçamento. Porque isso afeta a vida do cidadão comum.

Venho então à tribuna para fazer esse registro, da minha atuação lá em Brasília naquele momento, com pesar. Não pensem que estou satisfeito, mas não é possível viver no reino da impunidade. Conquistamos a Lei de Responsabilidade Fiscal a duras penas. Lá no passado era uma farrá do boi. Ou, tenho um amigo que diz que era a festa do caqui. Imagine os caquis, todos no chão. Era isso que se fazia com a contabilidade pública, com os orçamentos públicos nos âmbitos federal, estadual e municipal. Era isso que acontecia.

Havia uma coisa fácil de fazer e que se chamava Antecipação de Receita Orçamentária, ARO, e depois a Lei de Responsabilidade Fiscal a impediu porque era muito fácil. Eu sacava a descoberto e a Lei de Responsabilidade Fiscal acabou com isso.

O que a presidente Dilma fez foi exatamente jogar no lixo essa Lei de Responsabilidade Fiscal, e começar a fazer essas antecipações através dessas pedaladas fiscais. Tem de pagar, sim. Caberá ao Congresso Nacional ver o tipo de punição. Poderá ser de uma advertência, mas poderá também, se for o caso, chegar, sim, à cassação do seu mandato pela irresponsabilidade fiscal, e pelo caos que trouxe ao nosso País.

Muito obrigado.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, na condição de vice-líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi pelo Art. 82, pela liderança do PSB.

O SR. ADILSON ROSSI - PSB - PELO ART. 82 - Gostaria de cumprimentar o nobre deputado Jooji Hato que preside a nossa sessão, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, aproveito um gancho na fala do grande deputado Vaz de Lima, que disse sobre a festa do caqui. Gostaria de dizer que a minha cidade é Itatiba, a capital do caqui, mas não dessa festa que o nobre deputado Vaz de Lima mencionou. Temos lá uma festa muito bonita que acontece todos os anos, até porque as contas públicas são muito bem geridas na nossa cidade. Aproveito até para cumprimentar o nosso prefeito João Fattori que, na semana passada, recebeu a homologação da instalação de uma Fatec na cidade de Itatiba. Já temos a Etec e passaremos a ter a Fatec.

Venho à tribuna porque já por alguns dias, por algumas sessões, temos ouvido os discursos de alguns nobres companheiros desta Casa questionando a reformulação na área de Educação do nosso Estado. Eu gostaria de dizer que na segunda-feira estive com o secretário de Educação, professor Herman. Estivemos juntos na reunião do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta. Eu, pessoalmente, perguntei a ele, com relação a essa reformulação na área da Educação. Recebi do secretário rápidas palavras, e sei que ele virá a esta Casa numa audiência pública, que será promovida pela Comissão de Educação e Cultura da Casa.

Vejo chegar o nobre deputado Carlos Giannazi, combativo na área da Educação. Vamos receber aqui, ainda neste mês, a presença do secretário de Educação, que ontem, numa reunião com alguns membros da Comissão de Educação, assumiu o compromisso de esclarecer, tecer minúcias sobre essa reformulação do ensino no estado de São Paulo, das escolas e tudo o que diz respeito à Educação.

Às vezes estamos vendo mais fumaça do que fogo. Há, sim, um projeto de reformulação, que talvez não seja perfeito, mas está sendo analisado. Logicamente estará sujeito a opiniões, que a própria Comissão de Educação vai apresentar. Tenho certeza de que o secretário, professor Herman, um homem que preza pela Educação no Estado, saberá ouvir as reivindicações, tanto dos professores como das associações ligadas ao ensino, bem como da nossa Comissão de Educação. E chegaremos a um bom termo, tenho convicção disso.

Vim hoje para falar sobre as mudanças que o governo federal está apresentando no seu pacote fiscal. Ele está reduzindo os recursos do Sistema S, que vai trazer um prejuízo significativo ao Sesi e ao Senai. Estima-se que, se aprovadas essas mudanças, reduzindo os recursos do Sistema S, cerca de 1,8 milhão de vagas serão fechadas, em cursos profissionais. Em todo o país aproximadamente 450 escolas correm o risco de serem fechadas.

Estamos falando de fechamento de escolas no estado de São Paulo, onde não há nenhuma definição ainda. A reformulação no plano de Educação das escolas do Estado não diz respeito a fechamento de escolas.

Mas a mudança apresentada no pacote fiscal do governo federal vai, sim, gerar o fechamento de escolas do Sistema S. Estima-se que 30 mil trabalhadores perderão o seu emprego em todo o Brasil.

Deputado Giannazi, V. Exa. atua muito na Educação, e suas reivindicações sempre têm um viés de conhecimento da área. Apelo também para que o Sistema S não seja prejudicado, que não haja um prejuízo na Educação em âmbito federal.

Estamos lutando, na Comissão de Educação, para que não haja prejuízo à Educação no nosso Estado. É dever nosso, como deputados estaduais, eleitos que fomos para defender os interesses do nosso Estado.

Faço um apelo ao governo federal, aos nossos representantes em Brasília, para que fiquem atentos a esse pacote fiscal, para que o Sistema S também não venha a ser prejudicado, porque entendemos que um país rico é um país onde a Educação é eficiente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, gostaria de utilizar a tribuna pelo Art. 82, do Regimento Interno, pela vice-liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - É regimental. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi, para falar pelo Art. 82, pela vice-liderança do PSOL.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, primeiramente gostaria de me associar ao que disse o deputado Adilson Rossi, nos dois temas que ele tratou, a questão da reorganização da rede estadual, que é a desorganização da rede estadual, o fechamento de escolas, e também sobre a questão do Sistema S, dos cortes orçamentários. Somos totalmente contra, deputado Adilson Rossi. Associamo-nos à sua intervenção porque é um absurdo o que o governo federal pretende fazer com o Sistema S. Com isso, vamos ter desemprego, muitas crianças deixarão de estudar nas escolas do Sesi, por exemplo. Temos que fazer essa luta. Vossa Excelência disse tudo. É obrigação de todo parlamentar sair em defesa da Educação pública de qualidade.

Estamos vivendo no estado de São Paulo duas grandes contradições. Numa delas, o Governo já recuou. Refiro-me a uma excessrcência que foi anunciada pelo Governo. Agora, parece-me que ele está voltando atrás por conta da repercussão negativa da opinião pública e da imprensa. Até o Tribunal de Contas estadual, que é um órgão “alckmista”, tucano, recomendou que a Secretaria de Transportes voltasse atrás nessa decisão absurda de proibir o acesso à informação dos atrasos nas obras do Metrô, da CPTM e da EMTU.

A “Folha de S.Paulo” fez um requerimento de informação, com base na Lei de Acesso à Informação, e a Secretaria de Transportes disse que não poderia abrir mão dessas informações por uma questão de sigilo, por serem documentos ultrassecretos, por uma questão de segurança.

Isso não pegou. Houve um repúdio generalizado de toda a sociedade. Imaginem esconder, durante 25 anos, informações importantes sobre o transporte público do estado de São Paulo, que envolve três estados de peso - Metrô, CPTM e EMTU. O requerimento tratava exatamente dos atrasos. Por exemplo, as obras do monotrilho e do metrô estão todas atrasadas, sem contar os escândalos de corrupção, superfaturamento e pagamento de propina a agentes públicos pela Siemens e Alstom, por exemplo. É o famoso “trensão” tucano.

Logicamente, não tem como não associar essa tentativa do Governo de ocultar por 25 anos as informações sobre licitações, processos e atrasos a esses escândalos de corrupção. Parece-me que o Governo está com medo. Para nós, há uma associação direta entre “trensão”, denúncias de corrupção, superfaturamento e cartel dessas empresas com a tentativa do Governo de transformar os documentos sobre os processos das obras do Metrô, da CPTM e da EMTU em documentos ultrassecretos, com sigilo de 25 anos.

Felizmente, houve uma reação crítica de toda a sociedade, da opinião pública, da imprensa. Até mesmo o Tribunal de Contas teve que se manifestar porque pegou muito mal para o governador, que disse que não sabia, que não foi uma decisão do governador, que foi o secretário. Ontem, na televisão, ele disse que faria uma determinação pedindo que fosse revista essa posição, se realmente isso não implicasse na falta de segurança para a população. Não tem nada de segurança, na verdade. Por conta da intervenção do Tribunal de Contas, haverá um passo atrás. O Governo vai ter que abrir toda essa documentação.

É uma contradição para o Governo, mas tem outra contradição. Na mesma semana, o Governo vive o seu inferno astral com a reorganização da rede estadual. Hoje, em todas as intervenções, abordamos esse assunto, essa reorganização da rede estadual que não passa do fechamento de escolas e salas, da intensificação da superlotação e sobretudo da demissão dos professores e funcionários. E mais ainda, a municipalização compulsória do ensino fundamental no estado de São Paulo. Ou seja, são cortes orçamentários que serão feitos a custa dos recursos da Educação.

Os próprios deputados da base do governo, que dão sustentação ao governo Geraldo Alckmin estão reclamando, porque são cobrados nas suas cidades, nas suas regiões, nas suas áreas de atuação pela população. Estamos assistindo, participando e apoiando as várias manifestações que estão ocorrendo em todo o Estado. Várias escolas estão fazendo mobilizações, passeatas, manifestações públicas e indo a diretorias de ensino. Eu participei de várias ontem, antes de me reunir com o secretário da Educação. Participei de uma na frente da própria Secretaria da Educação, na Praça da República. Foi uma manifestação com várias escolas, com alunos, professores, pais e lideranças. Estavam todos lá se manifestando contra o fechamento dessas escolas.

O Governo vive um inferno astral, porque só lança propostas e projetos contra a população. Primeiramente, tenta esconder a documentação, os processos da CPTM, do metrô e da MTU, falando que são documentos ultrassecretos e que irá liberar somente daqui a 25 anos. Todo mundo associa isso a ideia de que ele quer esconder o Trensão do Tucanato. É lógico. Não tem como pensar algo diferente disso. E ele lança também esse projeto da reestruturação.

A Secretaria está sofrendo duras críticas da população, dos deputados, de secretários municipais de Educação. A sociedade inteira está revoltada contra essa proposta. É por isso, Sr. Presidente, que é importante que o governador volte atrás com esse projeto de reorganização. A principal questão não é dividir alunos por ciclos, é acabar com a superlotação de salas. É isso que interessa aos professores. Se há salas ociosas, escolas ociosas, que o governo aproveite essa situação para reduzir e redistribuir os alunos para, aí sim, reduzir o número de alunos por sala de aula. Isso irá ajudar muito a Educação no estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Carlos Giannazi e suspende a sessão até as 16 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 16 horas e 02 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 33 minutos, sob a Presidência do Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, há sobre a mesa os seguintes requerimentos: - requerimento do nobre deputado Fernando Capez, solicitando licença para, no período de 8 a 11 de outubro, empreen- der viagem à Montevidéu, Uruguai, a fim de participar do “20º Meeting Internacional”, encontro internacional entre lideranças políticas e empresariais, para debater oportuni- dades de investimento e fortalecer relações bilaterais, econômicas e institu- cionais entre Brasil e Uruguai.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encer- rada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

- requerimento nº 1820, de 2015, da nobre deputada Maria Lúcia Amary, solicitando a constituição de uma Comissão de Representação, a fim de participar do relançamento da Frente Parlamentar Mista para Desoneragção Tributária dos Medicamentos, que acontecerá na Câmara dos Deputados, na cidade de Brasília, no dia 7 de outubro do corrente ano.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Cumprimento Vs. Exas., deputados Jooji Hato e Carlos Giannazi, por serem excepcionais parlamentares. Deputado Carlos Giannazi é autor de um projeto de extrema importância que votaremos na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência fica honrada com os elogios do líder Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos.

9 DE OUTUBRO DE 2015 119ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e **CORONEL TELHADA**
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume e Presidência e abre a sessão. Parabeniza o município de Bernardino de Campos pelo aniversário.

2 - CORONEL TELHADA

Dá conhecimento de audiência pública que acontece hoje, neste Parlamento, para debater o Ciclo Completo de Polícia. Avalia que o modelo atual, praticado apenas no Brasil e em mais dois países africanos, é retrógrado. Fala sobre a prisão de policiais, suspeitos de participação em chacinas recentes. Mostra foto de sargento, executado a tiros, em Suzano. Cita outros soldados assassinados nesta semana, cujas mortes não tiveram repercussão na mídia. Manifesta-se contra decisão do governador Geraldo Alckmin de colocar policiais, de folga, para fazer a segurança em fóruns, o que, a seu ver, formaliza o “bico”. Lamenta a morte de mulher, ontem, em Bertiooga, durante tentativa de assalto a caixa eletrônico.

3 - CORONEL TELHADA Assume a Presidência.

4 - JOOJI HATO

Comenta caso ocorrido em São José do Rio Preto, em que cão de pequeno porte salva a vida de uma criança de um ano e meio, de ataque de pitbull. Mostra vídeo sobre o assunto. Faz coro ao discurso de seu antecessor, sobre assassinato de moradora de São Sebastião, morta por criminosos, em Bertiooga. Defende o controle de portões

em vielas ou em ruas sem saída durante 24 horas. Pede que o prefeito Fernando Haddad altere o projeto, que prevê o fechamento das 22 horas até as 6 da manhã. Sugere que outras câmaras municipais elaborem projetos de lei nos mesmos moldes, no sentido de dificultar a entrada de assaltantes.

5 - CORONEL CAMILO

Solidariza-se com a fala do deputado Jooji Hato quanto ao fechamento de portões em vielas e ruas sem saída por 24 horas. Comenta discussão acerca do Ciclo Completo de Polícia, que acontece nesta Casa. Explica o modelo, que, adita, será amplamente debatido em 12 audiências públicas em todo o País. Enfatiza que o foco das reuniões será o cidadão. Fala sobre projeto de lei de sua autoria, que trata da restrição dos chamados “pancadões”. Descreve o objetivo da matéria, que, além de garantir o silêncio, permitirá às autoridades que multem ou apreendam veículos ou aparelhos de som que promoverem o “pancadão”. Informa o trâmite da propositura.

6 - CORONEL CAMILO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

7 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 13/10, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convindo o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra a primeira oradora inscrita, nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Engler. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rafael Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Geraldo Cruz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Aldo Demarchi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçoene. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Márcio Camargo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cezinha de Madureira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Abelardo Camarinha. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rilto. (Pausa.)

Esta Presidência, em nome de todos os deputados, parabeniza a cidade de Bernardino de Campos. Desejamos a todos os cidadãos dessas cidades muita felicidade. Comemorem com muita alegria e confraternização, e também com muita segurança. Contem sempre com os deputados desta Assembleia Legislativa.

Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, hoje nesta Casa está sendo realizada uma audiência pública referente ao ciclo completo de polícia.

Estão sendo debatidos alguns prós e alguns contras em relação a esse assunto. Venho aqui perante o plenário da Assembleia Legislativa para dizer que espero que seja aprovado esse ciclo completo de polícia. Somente o Brasil e mais dois países da África possuem esse tipo de serviço de policiamento, no qual uma polícia pega a ocorrência e não consegue terminar essa ocorrência. A ocorrência fica incompleta.

Só no Brasil e em dois países da África. Espero que seja revisto esse disparate e que seja concedido o ciclo completo de polícia a todas as polícias. É o único jeito de melhorarmos a Segurança Pública no estado de São Paulo.

É a única maneira de nós conseguirmos celeridade nas ocorrências, no atendimento ao público, porque é muito complicado, quando o cidadão já é roubado ou furtado, passa um trauma na sua vida e é obrigado a ir para um distrito e ficar cinco ou seis horas, aguardando a confecção de um boletim de ocorrência. A viatura policial também acaba ficando empenhada por cinco ou seis horas em um distrito policial e a população fica sem o atendimento da polícia. Então, eu espero que isso passe lá no Congresso Nacional. Somos plenamente favoráveis, para que o ciclo completo de polícia seja alcançado por todas as polícias brasileiras.

Sr. Presidente, ontem e hoje, os jornais escritos, televisio- nados e todo tipo de mídia comentaram a prisão de seis ou sete PMs e mais um guarda civil - não sei se é exatamente isso - como suspeitos da chacina de Osasco. Houve comentário geral no noticiário, como se fosse uma vitória estúpenda.

Eu fico perplexo, primeiramente, porque não há nada comprovado. Vai ser averiguado ainda. Se foram esses indivíduos que praticaram o crime, eu espero que eles paguem, realmente, porque nós não compactuamos com indivíduos criminosos. Não aceitamos criminosos no nosso meio.

Causa-me estranheza o fato que mencionarei a seguir, Sr. Presidente. Há dois dias vim a esta tribuna e mostrei à foto - que agora V. Exas. verão no telão - do 3º Sgt Zatarin, um sargento de 29 anos. Esse menino foi morto com dois tiros na nuca, lá em Suzano. Desculpem o termo. A família que me perdeu, mas esse menino está dentro de um caixão, agora, desmanchando, e ninguém está preocupado com isso.

Como ele, morreram mais 400 policiais ao longo dos últimos quatro anos e eu não vi um comentário da imprensa sobre isso. Não vi. Não só sobre ele, mas também sobre o soldado Anderson, no começo da semana, ou sobre o policial civil Fleury, lá de Santos, também morto pelas costas, eu não vi nenhum tipo de comentário da imprensa.

As autoridades não se manifestaram. O secretário de Segurança pública não veio a público dizer que estavam sendo tomadas as providências, para que fossem caçados esses indiví- duos e fossem tomadas todas as medidas energicas, como colocar esses indivíduos na cadeia. Não, não vi nada disso.

Porém, quando o problema é relacionado à Polícia Militar, eu noto um coro - parece-me que é com alegria - para denegrir o nome da polícia em geral. Não é só da Polícia Militar, mas de todas as polícias. É interessante essa postura. Eu sempre digo que essa postura só favorece o crime. Quem ganha com isso é o crime - em especial, o crime organizado. Toda vez que falamos mal da polícia, quem ganha? O crime. Quem perde? A população.